

PROCESSO TC-10367/09

Prefeitura Municipal de Triunfo. Exame da legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrentes de Concurso Público realizado em 2009. Legalidade. Concessão dos competentes registros.

ACÓRDÃO AC1-TC - 2928 / 2015

RELATÓRIO

Versam os presentes autos acerca da verificação da legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrentes de concurso público promovido pela Prefeitura Municipal de Triunfo – PB, homologado em 04 de março de 2009, com o objetivo de prover cargos públicos criados pelas Leis Municipais nº 472/2008 e nº 573/2008.

O certame foi considerado legal e houve a concessão de registro aos atos de admissão anteriormente encaminhados, através do Acórdão AC1 TC 2864/2011(fls. 1.198/1.200). Ato contínuo, pela via do Ofício nº. 088/2012 (fls. 1.203), que promoveu a prorrogação da validade do concurso público em tela, o jurisdicionado encaminhou documentação complementar (fls. 1204/1.232), promovendo mais um conjunto de nomeações. O Corpo de Instrução, examinando-a, proferiu relatório técnico identificando a ausência de publicação das portarias de nomeação de três candidatos, ao tempo que também constatou dois casos de acumulação ilegal de cargos públicos.

Após parecer do MPjTCE/PB (fls. 1.304/1.306), o gestor foi intimado a apresentar defesa (fl.1.308), tendo carreado aos autos suas contrarrazões (fls. 1.309/1312), acompanhadas da documentação de suporte (fls.1.314/1.349). Em derradeira manifestação, o Corpo Técnico deu por sanadas todas as falhas anteriormente destacadas, concluindo pela concessão de registro dos atos de admissão dos vinte e cinco candidatos aprovados no certame público.

O processo foi agendado para a presente sessão, dispensando intimações, ocasião em que o MPjTCE foi chamado aos autos e pugnou, oralmente, pela concessão dos respectivos registros aos atos de admissão de pessoal em tela.

VOTO DO RELATOR

Com esteio nas constatações do Órgão Técnico desta Corte, que asseverou a legalidade do certame e dos atos de admissão de pessoal dele decorrentes, voto pela concessão do respectivo registro aos 25 (vinte e cinco) atos de nomeação materializados nas portarias listadas nas folhas 1354 e 1355, nos termos do art. 71, inciso III, da CF e CE¹ e art. 6º da RN-TC-11/10².

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TCE-PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 10367/09, os Membros da 1ª Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, ACORDAM, à unanimidade, na sessão realizada nesta data em **CONCEDER REGISTRO** aos atos de admissão de pessoal decorrente do concurso público homologado em 2009 pela Prefeitura Municipal de Triunfo, listados na próxima página, nos termos do art. 71, inciso III, da CF e CE e art. 6º da RN-TC-11/10:

¹ Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento do ato concessório.

² RN-TC-11/10. Art. 7º - As Câmaras do TCE decidirão: sobre o mérito dos Concursos Públicos ou Processos Seletivos, para fins de concessão ou não de registro dos atos de admissão de pessoal.

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	PORTARIA	PUBLICAÇÃO (fl.)
Samara Alves Pedro	Aux. Serviços Gerais	17°	038/2010	1263
Janete Pereira Leite	Aux. Serviços Gerais	18°	039/2010	1262
Péricles de Sousa	Aux. Serviços Gerais	19°	040/2010	1261
Francinacia Maria Duarte	Aux. Serviços Gerais	20°	041/2010	1265/1266
Danniel Felício da Silva	Agente Administrativo	5°	069/2010	1266
Érika Vanessa Lisboa de Andrade	Agente Administrativo	6°	070/2010	1265/1266
Guimarães Andrade de Freitas	Agente Administrativo	7°	071/2010	1266
Ananias Gonçalves Monteiro	Agente Administrativo	8°	072/2010	1266
Fidélis de Moura Andrade	Agente Administrativo	9º	073/2010	1267
Maria Madalena Evangelista Dantas	Agente Administrativo	10°	074/2010	1267/1268
Maysson David Trajano de Souza	Agente Administrativo	11°	005/2011	1274
José Alisson Pereira de Sousa	Agente Administrativo	12°	006/2011	1316
Antônio Aurélio Cassiano de Andrade	Agente Administrativo	13°	007/2011	1274
Rilson de Sousa Vieira	Fiscal de Obras	2°	040/2012	1264
Carlos Ferreira de Sousa	Motorista	5°	046/2011	1317
Alderícia Ana de Abreu	Técnico em enfermagem	10	075/2010	1268
Ionalda dos Santos Dantas	Técnico em enfermagem	2°	076/2010	1269
Luciana Pinheiro Evangelista	Técnico em enfermagem	3°	077/2010	1269
Magna Maria Gonçalves de Oliveira	Técnico em enfermagem	4°	078/2010	1270
José Fagner Nóbrega Lisboa	Vigia	24°	079/2010	1270
José Janes Lisboa	Vigia	26°	080/2010	1271
Roberto da Rocha Lins	Vigia	27°	089/2010	1277
Mársy Quaresma Dantas	Vigia	29°	093/2010	1320
Fabrício Avelino Félix	Vigia	30°	034/2012	1273
Maurício Alves Ferreira	Vigia	31°	036/2012	1272/1281

Publique-se, registre-se e cumpra-se. Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 23 de julho de 2015.

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira Presidente e Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE